

SES-DF: 203 questões de Legislação + RIDE

Relação de Simulados e Provas Comentadas (AULAS NA MENTORIA/CURSO COMPLETO)

1. II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres 2023.....	1
2. II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres 2022.....	9
3. Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF) 2023.....	11
4. Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF) 2022.....	16
5. Lei Complementar nº 840/2011.....	23
6. Realidade do Distrito Federal + RIDE.....	26
7. Código de Ética do Poder Executivo do DF (Decreto nº 37.297/2016).....	29
GABARITOS.....	33

1. II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres 2023

- 1**
 O II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres – II PDPM, consiste em conjunto de propostas de políticas públicas elaboradas por órgãos governamentais, não governamentais e sociedade civil com o objetivo de:
- alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas
 - combater a discriminação de gênero e a inserção das mulheres na sociedade
 - garantir a igualdade das mulheres e combater a discriminação de gênero.
 - garantir a igualdade de gênero e combater a discriminação de gênero.
 - alcançar a igualdade das mulheres o empoderamento de mulheres e meninas.
- 2**
 (SEAGRI/IADES/2023) Assinale a alternativa que apresenta relação entre o texto e a concepção do II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres 2020-2023 (II PDPM), publicado pela Secretaria de Estado da Mulher do Governo do Distrito Federal (GDF).
- O II PDPM possui políticas públicas elaboradas por órgãos governamentais para as comunidades mais vulneráveis, com o objetivo de combater a violência contra a mulher e a insegurança alimentar, temas muito relevantes para as mulheres.
 - O II PDPM, em sua concepção, encerra propostas para a erradicação da fome no Distrito Federal a partir de iniciativas de líderes comunitárias que sejam protagonistas de sua história de sua região e administrativa, sem depender de lideranças de outros grupos sociais.
 - Iniciativas como a da líder comunitária Ana Cristina Rodrigues ilustram ações e metas que estão na concepção do II PDPM, em que propostas de políticas públicas são elaboradas por órgãos governamentais, não governamentais e da sociedade civil, para garantir a igualdade das mulheres e combater a discriminação de gênero.
 - A liderança comunitária de Ana Cristina Rodrigues e de outras mulheres ativistas no Distrito Federal não coaduna com a concepção do II PDPM, uma vez que apresenta iniciativas

da sociedade civil isoladas e sem nenhuma relação com as ideias contidas nas propostas de políticas públicas mencionadas no plano.

e) Em sua concepção, o II PDPM não tem propostas que incentivem líderes comunitárias ou a sociedade civil a serem protagonistas de sua história e de sua região administrativa, já que o plano é um conjunto de propostas elaboradas por órgãos governamentais e distribuídas em nove eixos.

3

(Inédita/Prof.º Rodrigo Francelino/2023) O DECRETO Nº 42.590, DE 7 DE OUTUBRO DE 2021 aprova o II Plano Distrital de Políticas Públicas para as Mulheres e institui o Comitê de Articulação e Monitoramento, assim O II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres - II PDPM, consiste em conjunto de propostas de políticas públicas elaboradas por órgãos governamentais, não governamentais e sociedade civil para garantir a igualdade das mulheres e combater a discriminação de gênero, contemplando ações e metas distribuídas em 9 eixos. Assinale dentre as alternativas abaixo quais os eixos estão descritos no II PDPM:

a) A igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica - (Eixo 1), a educação para igualdade - (Eixo 2), a saúde Integral das Mulheres, Direitos Sexuais e Reprodutivos (Eixo 4), e o enfrentamento de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres (Eixo 3). São alguns dos eixos descritos no II PDPM.

b) A igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica - (Eixo 1), a participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão - (Eixo 5), combater o Racismo, Sexismo, Lesbofobia e Transfobia, a educação para igualdade - (Eixo 2), a Cultura, Esporte Comunicação e Mídia - Eixo 7. São alguns dos eixos descritos no II PDPM.

c) Igualdade para as Mulheres Rurais - Eixo 6, a Cultura, Esporte Comunicação e Mídia - Eixo 7, o combate do Racismo, Sexismo, Lesbofobia e Transfobia - Eixo 8, bem como a Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão - Eixo 5. São alguns dos eixos descritos no II PDPM.

d) A educação para igualdade - (Eixo 2), a Igualdade para as Mulheres Rurais - Eixo 6, A igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica - (Eixo 1), o combate da discriminação Mulheres Jovens, Mulheres Idosas e Mulheres com Deficiência - Eixo 9. São alguns dos eixos descritos no II PDPM.

e) A participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão - (Eixo 5), Cultura, Esporte Comunicação e Mídia - Eixo 7, a educação para igualdade - (Eixo 2), A igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica - (Eixo 1). São alguns dos eixos descritos no II PDPM.

4

(Inédita/Prof.º Rodrigo Francelino/2023) O acompanhamento, a articulação, o monitoramento e a avaliação periódica quanto ao cumprimento dos objetivos, metas e ações definidos no II PDPM, será implementado pelo Comitê de Articulação e Monitoramento do II PDPM e vinculado à Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal. Diante disso os membros do Comitê de Articulação e Monitoramento do II PDPM serão:

a) nomeados pelos titulares dos órgãos e entidades, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste decreto, e designados por ato da Secretária de Estado da Mulher do Distrito Federal.

b) nomeados pelos titulares dos órgãos e entidades, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação do decreto, e indicados por ato da Secretária de Estado da Mulher do Distrito Federal.

c) designados pelos titulares dos órgãos e entidades, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste decreto, e indicados por ato da Secretária de Estado da Mulher do Distrito Federal.

d) indicados pelos titulares dos órgãos e entidades, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste decreto, e designados por ato da Secretária de Estado da Mulher do Distrito Federal.

e) indicados pelos titulares dos órgãos e entidades, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da publicação deste decreto, e designados por

ato da Secretária de Estado da Mulher do Distrito Federal.

5

(Inédita/Prof.º Rodrigo Francelino/2023) A Secretaria de Estado da Mulher competirá a coordenação do Comitê de Articulação e Monitoramento do II PDPM, mas terá seus representantes indicados pela Casa Civil.

() Certo () Errado

6

(Inédita/Prof.º Rodrigo Francelino/2023) O Comitê de Articulação e Avaliação do II Plano Distrital de Políticas Públicas para as Mulheres será integrado por cinco representantes do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal, obrigatoriamente dentre as representações da sociedade civil.

() Certo () Errado

7

(Inédita/Prof.º Rodrigo Francelino/2023) Compete ao Comitê de Articulação e Monitoramento do II PDPM, exceto:

a) Articular, apoiar, incentivar e subsidiar tecnicamente a implementação do II PDPM.

b) Acompanhar, monitorar e avaliar as atividades de implementação do II PDPM.

c) Elaborar relatório anual de acompanhamento das ações do II PDPM, e

d) Criar as condições necessárias para a elaboração do III Plano Distrital de Políticas para as Mulheres, com escopo de garantir a continuidade e o aprimoramento das ações estipuladas no II PDPM.

e) Elaborar, ao final do triênio 2020/2023, proposta de texto para iniciar discussão para elaboração do III PDPM.

8

(Inédita/Prof.º Rodrigo Francelino/2023) O acompanhamento, a articulação, o monitoramento e a avaliação periódica quanto ao cumprimento dos objetivos, metas e ações definidos no II PDPM, será implementado pelo Comitê de Articulação e Monitoramento do II PDPM e vinculado à Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal. Diante assinale a

única alternativa que corresponda a uma das competências do respectivo comitê:

a) articular, apoiar, incentivar e subsidiar tecnicamente a implementação do II PDPM.

b) Articular e fortalecer a integração entre os órgãos envolvidos no II PDPM.

c) Promover a participação e o controle social no processo de implementação, monitoramento e avaliação do II PDPM.

d) Elaborar, ao final do triênio 2020/2023, proposta de texto para iniciar discussão para elaboração do III PDPM.

e) Apresentar o relatório de execução e avaliação do II PDPM, no início do ciclo do Plano Plurianual, visando a incorporação de propostas de políticas para as mulheres no PPA 2024-2027.

9

(Inédita/Prof.º Rodrigo Francelino/2023) O Comitê de Articulação e Monitoramento do II PDPM tem como Objetivo Geral:

a) articular, monitorar e avaliar periodicamente o cumprimento dos objetivos, metas e ações definidos no II PDPM.

b) articular, monitorar e apoiar periodicamente o cumprimento dos objetivos, metas e ações definidos no II PDPM.

c) articular, monitorar e acompanhar periodicamente o cumprimento dos objetivos, metas e ações definidos no II PDPM.

d) articular, monitorar e ajustar periodicamente o cumprimento dos objetivos, metas e ações definidos no II PDPM.

e) articular, monitorar e aprimorar periodicamente o cumprimento dos objetivos, metas e ações definidos no II PDPM.

10

(Inédita/Prof.º Rodrigo Francelino/2023) É vedada a instituição de câmaras técnicas pelo Comitê de Articulação e Monitoramento do II PDPM, excetua-se desta vedação a instituição daquelas que auxiliarão no cumprimento de suas atribuições, bem como na sistematização das informações recebidas.

() Certo () Errado

11

(Inédita/Prof.º Rodrigo Francelino/2023) O Comitê de Articulação e Monitoramento deliberará mediante portaria, por maioria absoluta dos presentes, tendo sua coordenadora o voto de qualidade no caso de empate.

() Certo () Errado

12

(Inédita/Prof.º Rodrigo Francelino/2023) O acompanhamento, a articulação, o monitoramento e a avaliação periódica quanto ao cumprimento dos objetivos, metas e ações definidos no II PDPM, será implementado pelo Comitê de Articulação e Monitoramento do II PDPM e vinculado à Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal, sobre o papel desenvolvido pela Secretaria de Estado da Mulher é correto afirmar que:

a) A Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal prestará suporte técnico e operacional para a execução dos trabalhos e o funcionamento do Comitê de Articulação e Monitoramento do II PDPM e suas câmaras técnicas.

b) A Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal prestará suporte técnico e jurídico para a execução dos trabalhos e o funcionamento do Comitê de Articulação e Monitoramento do II PDPM e suas câmaras técnicas.

c) A Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal prestará suporte técnico e administrativo para a execução dos trabalhos e o funcionamento do Comitê de Articulação e Monitoramento do II PDPM e suas câmaras técnicas.

d) A Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal prestará suporte técnico e informativo para a execução dos trabalhos e o funcionamento do Comitê de Articulação e Monitoramento do II PDPM e suas câmaras técnicas.

e) A Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal prestará suporte técnico e preventivo para a execução dos trabalhos e o funcionamento do Comitê de Articulação e Monitoramento do II PDPM e suas câmaras técnicas.

13

(Inédita/Prof.º Rodrigo Francelino/2023) O acompanhamento, a articulação, o monitoramento e a avaliação periódica quanto ao cumprimento dos objetivos, metas e ações definidos no II PDPM, será implementado pelo Comitê de Articulação e Monitoramento do II PDPM e vinculado à Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal. Sobre os membros do Comitê de Articulação e Monitoramento do II PDPM assinale a alternativa correta:

a) As atividades dos membros do Comitê de Articulação e Monitoramento e das câmaras técnicas são consideradas serviço privado relevante e remunerado.

b) As atividades dos membros do Comitê de Articulação e Monitoramento e das câmaras técnicas são consideradas serviço público relevante e remunerado.

c) As atividades dos membros do Comitê de Articulação e Monitoramento e das câmaras técnicas são consideradas serviço privado relevante, não remunerado.

d) As atividades dos membros do Comitê de Articulação e Monitoramento e das câmaras técnicas são consideradas serviço público relevante, não remunerado.

14

(Inédita/Prof.º Rodrigo Francelino/2023) O eixo I que trata da igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica, pretende promover tal autonomia às mulheres urbanas, do campo e do cerrado, considerando todas as desigualdades de classe, raça e etnia.

() Certo () Errado

15

(BRB/IADES/2022) O II Plano Distrital de Políticas para Mulheres (II PDPM 2020-2023) é um instrumento de políticas públicas inovadoras, que foi elaborado a partir do diálogo entre o projeto traçado pelo Governo do Distrito Federal e a opinião das mulheres beneficiadas pelos projetos governamentais. O Eixo 1 do II PDPM estabelece como meta para a promoção da igualdade no mundo do trabalho e da autonomia econômica da mulher.

- a) aumentar o número de mulheres nos órgãos governamentais federais.
- b) ampliar o número de vagas para mulheres em feiras, lojas ou espaços colaborativos.
- c) duplicar o número de vagas em universidades, visando à formação e à profissionalização de mulheres.
- d) reduzir o número de mulheres analfabetas por meio de cursos de alfabetização, objetivando a capacitação profissional.
- e) zerar a taxa de desemprego de mulheres no Distrito Federal.

(Inédita/Prof.º Rodrigo Francelino/2023) Contribuir para a redução da desigualdade de gênero e para o enfrentamento do preconceito e da discriminação étnico-racial, religiosa, geracional, por orientação sexual e por identidade de gênero, por meio da formação de gestores/as profissionais da educação e estudantes em todos os níveis e modalidades de ensino. Faz-se necessário garantir o acesso, a permanência e o sucesso de jovens e mulheres à educação de qualidade, com especial atenção aos grupos com baixa escolaridade (mulheres adultas e idosas, com deficiência, negras, indígenas, rurais e em situação de prisão). É um objetivo geral de qual eixo:

- a) Eixo 2 – Educação para Igualdade.
- b) Eixo 3 – Saúde Integral das Mulheres, Direitos Sexuais e Reprodutivos.
- c) Eixo 4 – Educação para Igualdade.
- d) Eixo 7 – Cultura, Esporte Comunicação e Mídia.
- e) Eixo 9 – Igualdade para Mulheres Jovens, Mulheres Idosas e Mulheres com Deficiência.

(Inédita/Prof.º Rodrigo Francelino/2023) Um dos eixos do II Plano Distrital de Políticas para Mulheres do Distrito Federal (II PDPM-DF), diz respeito à educação para igualdade. Sobre esse eixo, assinale a alternativa incorreta.

- a) Promover o acesso e a permanência na educação formal de meninas e mulheres para promover o pleno desenvolvimento de suas competências e de sua autonomia emocional, social e econômica é um objetivo específico do eixo II

- b) Incluir programas que contemplem a temática de gênero na política educacional do DF é uma meta do respectivo eixo.
- c) Ampliar o número de escolas contempladas com ações do Programa “Maria da Penha Vai à Escola é uma meta do eixo II.
- d) Ampliar o número de mulheres que realizam exame de mamografia e citopatológico do colo do útero é uma meta do eixo II.
- e) Contribuir para a redução da violência de gênero, incluindo a temática da prevenção da violência sexual, familiar e doméstica de forma transversal no curriculum escolar e no projeto político pedagógico das escolas do DF.

16

(Inédita/Prof.º Rodrigo Francelino/2023) Assegurar o direito à saúde integral, sexual e reprodutiva das mulheres, promovendo a vida com qualidade, equidade e direitos, por meio da implementação de estratégias para qualificação e acesso a todas as ações da saúde, sem discriminação de qualquer espécie, resguardadas as identidades e especificidades de raça, etnia, geração, classe social, orientação sexual, identidade de gênero e deficiência é o objetivo geral do eixo 3 - SAÚDE INTEGRAL DAS MULHERES, DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS. Qual dos itens abaixo não corresponde a uma meta do respectivo eixo:

- a) Implantar a Linha de Cuidado da Atenção Oncológica no DF, assegurando o acesso à confirmação diagnóstica, ao tratamento de câncer e às cirurgias reparadoras.
- b) Implantar a Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de pessoas em situação de violência sexual, doméstica e familiar.
- c) Promover o acesso e a assistência às mulheres no planejamento reprodutivo, no pré-natal, no parto, no puerpério e no acompanhamento da primeira infância, com atendimento adequado, seguro e humanizado.
- d) Ampliar o número de mulheres que realizam exame de mamografia e citopatológico do colo do útero.
- e) Aumentar o número de partos normais no SUS e na saúde suplementar.

17

(Inédita/Prof.º Rodrigo Francelino/2023) Assegurar o direito à saúde integral, sexual e reprodutiva das mulheres, promovendo a vida com qualidade, equidade e direitos, por meio da implementação de estratégias para qualificação e acesso a todas as ações da saúde, sem discriminação de qualquer espécie, resguardadas as identidades e especificidades de raça, etnia, geração, classe social, orientação sexual, identidade de gênero e deficiência é um objetivo geral do eixo 5 - SAÚDE INTEGRAL DAS MULHERES, DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS dentre os itens abaixo assinale a única alternativa que corresponda a uma meta do respectivo eixo.

- a) Formular e implantar políticas que promovam a qualificação e humanização da atenção integral à saúde de meninas e mulheres na Rede Pública e Privada do DF, visando o enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis e dos Transtornos Mentais.
- b) Promover o acesso e a assistência às mulheres no planejamento reprodutivo, no pré-natal, no parto, no puerpério e no acompanhamento da primeira infância, com atendimento adequado, seguro e humanizado.
- c) Promover estratégias de comunicação e educação em saúde, com foco na qualificação dos profissionais e na orientação da população nas temáticas relacionadas às relações étnicoraciais, na igualdade de gênero e direitos humanos, na promoção da Cultura da Paz e na prevenção de todos os tipos de violência.
- d) Aumentar o número de profissionais de saúde com acesso a programas de educação permanente que abordem a temática relacionada às relações étnico-raciais, igualdade de gênero e direitos humanos, promoção da Cultura da Paz e prevenção de todos os tipos de violência.
- e) Assegurar o direito ao atendimento especializado, personalizado e humanizado nas situações de violação de direitos, de violência sexual, doméstica e familiar em toda a Rede de saúde pública e privada do DF.

18

(Inédita/Prof.º Rodrigo Francelino/2023) Estabelecer princípios, diretrizes, projetos e políticas de prevenção e combate à violência contra as mulheres, assim como de assistência e garantia de direitos às mulheres em situação de violência, conforme normas e instrumentos internacionais de direitos humanos e legislação nacional e distrital é um objetivo geral do EIXO 4 - ENFRENTAMENTO DE TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES. Dentre os itens abaixo assinale a única alternativa que corresponde a uma meta do respectivo eixo.

- a) Realizar trabalho de responsabilização reeducação e reflexão com autores de violência doméstica contra as mulheres.
- b) Garantir o atendimento humanizado, integral e qualificado às mulheres nos serviços especializados e na rede de enfrentamento da violência.
- c) Realizar cursos de formação na área de questões de gênero e de violência contra as mulheres.
- d) Implementar parcerias para atuar na prevenção e no enfrentamento da violência de gênero, sem preconceitos e discriminações.
- e) Incorporar a temática do enfrentamento da violência contra as mulheres e a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) nos conteúdos programáticos de cursos principalmente no processo de formação dos operadores de direito, de gestores e gestoras públicos/as e no conteúdo dos concursos públicos.

19

(BRB/IADES/2022) O II Plano Distrital de Políticas para Mulheres (II PDPM 2020-2023) reflete a preocupação do poder público em aumentar a representatividade feminina na luta pela conquista de novos espaços de poder e pela igualdade entre homens e mulheres, promovendo assim o protagonismo feminino nas forças operacionais e nos cargos de chefia. Em relação ao Eixo 5 do II PDPM, assinale a alternativa correspondente a meta que visa ao aumento da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.

- a) Ampliação do número de mulheres em cargos de decisão no âmbito do Governo do Distrito Federal.
- b) Aumento da participação das mulheres no planejamento urbano das cidades situadas em zonas rurais e de exploração econômica.
- c) Elaboração de estratégias para a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, bem como garantia de sua participação político-partidária na Câmara dos Deputados, por intermédio da fixação de cotas no importe de 70% das vagas.
- d) Participação das mulheres no controle social das políticas públicas, especialmente por meio do fortalecimento da Câmara de Dirigentes Lojistas do Distrito Federal.
- e) Aumento do número de mulheres participando da formulação e de implementação das políticas públicas por meio da representação na Presidência da República.

20

(UNDF/IADES/2022) Segundo o Eixo 5 – Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão – do II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres 2020-2023 (II PDPM), publicado pela Secretaria de Estado da Mulher do Governo do Distrito Federal (GDF), assinale a alternativa correta.

- a) A participação das mulheres na política não representa diretamente maior inclusão feminina nos outros espaços de poder.
- b) A participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e de decisão depende de uma mudança cultural, não institucional ou legislativa, que contribua com a construção de valores e atitudes equânimes e democráticas na implementação de políticas de igualdade de gênero.
- c) A ampliação do número de mulheres em cargos de decisão no âmbito do GDF, exceto na formulação e na implementação de políticas públicas, constitui uma das metas do Eixo 5 do II PDPM.
- d) A promoção da participação das mulheres no planejamento urbano das cidades constitui um dos objetivos específicos do Eixo 5 do II PDPM.

- e) A participação das mulheres no controle social das políticas públicas não constitui objetivo específico do II PDPM.

21

(BRB/IADES/2022) O II Plano Distrital de Políticas para Mulheres (II PDPM 2020-2023) objetiva promover o direito das mulheres à vida com qualidade no meio rural, respeitando suas especificidades e garantindo o acesso a bens, equipamentos e serviços públicos, em especial no acesso à terra e ao desenvolvimento rural sustentável. Assinale a alternativa que cita um objetivo específico do Eixo 6 do II PDPM.

- a) Implantar a Agenda das Mulheres Rurais no Entorno.
- b) Ampliar o número de mulheres atendidas nas zonas urbanas e conurbações, por intermédio de programas de capacitação para promover a comercialização da produção, viabilizando o acesso ao crédito e a sua participação em eventos.
- c) Fortalecer a agricultura familiar e os agronegócios, por meio da disponibilidade da assistência técnica e extensão rural.
- d) Realizar 12 reuniões por ano do Fórum Distrital Permanente das Mulheres do Campo e do Cerrado.
- e) Aprimorar a organização comercial e financeira das mulheres do campo, respeitando suas especificidades ambientais.

22

(Inédita/Prof.º Rodrigo Francelino/2023) O eixo VII diz respeito à igualdade para as mulheres jovens, idosas e com deficiência.

- () Certo () Errado

23

(Inédita/Prof.º Rodrigo Francelino/2023) Ampliar e promover a participação das mulheres na vida cultural e no exercício do esporte, do lazer, da comunicação e da mídia, observando-se as dimensões de raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, local de moradia, trabalho, classe social, deficiência e geracional das mulheres, é o objetivo geral do eixo 7.

- () Certo () Errado

24

(Inédita/Prof.º Rodrigo Francelino/2023)

Aumentar o número de vagas em eventos esportivos e de lazer para as mulheres do DF, é um objetivo específico do eixo 7

() Certo () Errado

25

(Inédita/Prof.º Rodrigo Francelino/2023)

Contribuir para a superação da violência contra as mulheres e da violência institucional, decorrente do racismo, do sexismo, da lesbofobia e da transfobia e de todas as formas de preconceito e discriminação, é um objetivo específico do eixo 8.

() Certo () Errado

26

(Inédita/Prof.º Rodrigo Francelino/2023)

Aumentar a inserção das mulheres negras e LGBTQs no mercado de trabalho, promovendo-se a igualdade de oportunidades, é um objetivo específico do eixo 8.

() Certo () Errado

27

(Inédita/Prof.º Rodrigo Francelino/2023)

Ampliar o oferecimento de cursos que contribuam para valorização da diversidade e para a superação do racismo, do sexismo, da

lesbofobia e da transfobia, trata-se de uma meta do eixo 8

() Certo () Errado

28

(BRB/IADES/2022) O Eixo 9 do II Plano Distrital de Políticas para Mulheres (II PDPM 2020-2023) estabelece metas para promover a igualdade de direitos e de oportunidades para mulheres jovens, idosas e com deficiência. Assinale a alternativa que corresponde a meta do Eixo 9 do II PDPM.

a) Excluir as especificidades das mulheres jovens, idosas e com deficiência nas políticas públicas direcionadas às mulheres, deixando a cargo do poder público estabelecer política de cotas específicas.

b) Aumentar o número de vagas nos lares de idosos do Distrito Federal e do entorno, destinadas às mulheres com idade acima de 80 anos.

c) Favorecer o acesso das mulheres idosas ao primeiro emprego.

d) Incentivar e fortalecer a inclusão das adolescentes no sistema previdenciário, especialmente as rurais.

e) Aumentar a produção e a publicação de estudos, pesquisas, dados e indicadores acerca da igualdade de gênero das mulheres jovens, idosas e com deficiência.

2. II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres 2022

- 1**
As atividades dos membros do Comitê de Articulação e Monitoramento e das câmaras técnicas são consideradas serviço público relevante, não remunerado.
() Certo () Errado
- 2**
O Comitê de Articulação e Avaliação do II Plano Distrital de Políticas Públicas para as Mulheres será integrado por cinco representantes do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal, obrigatoriamente dentre as representações da sociedade civil.
() Certo () Errado
- 3**
Dentro do contexto de políticas públicas direcionadas às mulheres no Distrito Federal, o II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres - II PDPM foi elaborado com vistas a integrar propostas de políticas públicas elaboradas por órgãos governamentais e pela sociedade civil, não havendo participação de órgãos não governamentais.
() Certo () Errado
- 4**
O Comitê de Articulação e Monitoramento é o responsável por implementar o acompanhamento, a articulação, o monitoramento e a avaliação periódica quanto ao cumprimento dos objetivos, metas e ações definidos no II Plano Distrital de Políticas Públicas para as Mulheres.
() Certo () Errado
- 5**
É vedada a instituição de câmaras técnicas pelo Comitê de Articulação e Monitoramento do II PDPM, excetua-se desta vedação a instituição daquelas que auxiliarão no cumprimento de suas atribuições, bem como na sistematização das informações recebidas.
() Certo () Errado
- 6**
A Secretaria de Estado da Mulher competirá a coordenação do Comitê de Articulação e Monitoramento do II PDPM, mas terá seus representantes indicados pela Casa Civil.
() Certo () Errado
- 7**
A Defensoria Pública do Distrito Federal e a Companhia de Planejamento do Distrito Federal serão convidadas para participar do Comitê de Articulação e Monitoramento do II Plano Distrital de Políticas Públicas para as Mulheres.
() Certo () Errado
- 8**
Estabelecer a metodologia de monitoramento do II PDPM é competência comum da Secretaria de Estado da Mulher e da Secretaria de Estado de Economia, dado o caráter articulado do plano.
() Certo () Errado
- 9**
O Comitê de Articulação e Monitoramento do II PDPM será integrado por quatro representantes do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal, obrigatoriamente dentre as representações da sociedade civil; e uma representante, titular e suplente, de cada uma das vinte e quatro Secretarias que integram o referido plano.
() Certo () Errado
- 10**
A Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal prestará suporte técnico e operacional para a execução dos trabalhos e o funcionamento do Comitê de Articulação e Monitoramento do II PDPM e suas câmaras técnicas.
() Certo () Errado

11

O II plano distrital de política para as mulheres consiste em conjunto de propostas de política pública elaboradas por órgãos governamentais, não governamentais e sociedade civil para

garantir a igualdade das mulheres e combater a discriminação de gênero, contemplando ações e metas distribuídas em 8 eixos.

() Certo () Errado

3. Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF) 2023

- 1**
(SEDEST/IBRAE/2019) Sobre a Lei Orgânica do Distrito Federal é INCORRETO afirmar que:
- Deve ser votada em dois turnos com interstício de no mínimo dez dias.
 - Sua aprovação dependerá dos votos de três quintos dos Deputados Distritais.
 - Quando aprovada, será promulgada pela Mesa da Câmara Legislativa.
 - É a norma local de organização do Distrito Federal.
 - Equivale, em força, autoridade e eficácia jurídicas, a um verdadeiro estatuto constitucional, essencialmente equiparável às Constituições promulgadas por Estados-Membros.
- 2**
(SES-DF/IBFC/2022) O Distrito Federal, no pleno exercício de sua autonomia política, administrativa e financeira, observador dos princípios constitucionais, reger-se-á por Lei Orgânica. Acerca das disposições da Lei Orgânica do DF, assinale a alternativa que não apresenta um dos valores fundamentais do Distrito Federal.
- O pluralismo político.
 - A dignidade da pessoa humana.
 - A livre concorrência.
 - A plena cidadania.
 - A preservação de sua autonomia como unidade federativa.
- 3**
(SEAGRI/IADES/2023) Em conformidade com a Lei Orgânica do Distrito Federal, o Distrito Federal tem como valor fundamental
- a plena cidadania.
 - a promoção do bem de todos.
 - a garantia e a promoção dos direitos humanos.
 - a promoção de condições de vida compatíveis com a dignidade humana aos seus habitantes.
 - a preservação dos interesses gerais e coletivos.
- 4**
(PPGG-DF/IADES/2023) No que concerne aos valores fundamentais do Distrito Federal, segundo a respectiva Lei Orgânica, assinale a alternativa correta.
- A preservação dos interesses gerais e coletivos; a promoção do bem de todos.
 - A preservação de sua autonomia como unidade federativa; a plena dignidade da pessoa humana; e os valores sociais do pluralismo político.
 - A soberania; a cidadania; a dignidade dos valores sociais do trabalho; os valores da pessoa humana; e o pluralismo político.
 - A preservação de sua autonomia como unidade federativa; a plena cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; e o pluralismo político.
 - A soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; e o pluralismo político.
- 5**
(SES-DF/IBFC/2022) De acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal (DF), assinale a alternativa que apresente incorretamente um objetivo prioritário do DF.
- Promover a inclusão digital, o direito de acesso à Internet, o exercício da cidadania em meios digitais e a prestação de serviços públicos por múltiplos canais de acesso.
 - Garantir a prestação de assistência jurídica integral e gratuita a todos cidadãos.
 - Promover, proteger e defender os direitos da criança, do adolescente e do jovem.
 - Valorizar e desenvolver a cultura local, de modo a contribuir para a cultura brasileira.
 - Garantir a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

- 6**
(SES-DF/IBFC/2022) No que se refere às disposições gerais sobre a organização do Distrito Federal, analise as afirmativas abaixo e dê valores de Verdadeiro (V) ou Falso (F).
() Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, é a sede do governo do Distrito Federal.
() São símbolos do Distrito Federal a bandeira, as armas, o hino e o brasão.
() O Distrito Federal, na execução de seu programa de desenvolvimento econômico social, buscará a integração com a região do entorno do Distrito Federal.
Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.
a) V - V - V. c) F - F - V. e) F - V - F.
b) V - F - V. d) V - V - F.
- 7**
(SEAGRI/IADES/2023) Acerca da organização administrativa do Distrito Federal (DF), segundo a Lei Orgânica, assinale a alternativa correta.
a) É vedada a criação de novas regiões administrativas.
b) A escolha do administrador regional é competência do vice-governador do DF, sem a participação popular.
c) Não há previsão legal para a criação de conselhos de representantes comunitários.
d) As administrações regionais integram a estrutura administrativa do DF.
e) Os administradores regionais não percebem remuneração.
- 8**
(SEJUS-DF/FUNIVERSA/2010) Considere que a Câmara Legislativa do DF queira fortalecer a soberania popular e resolva submeter uma lei aprovada na Casa ao crivo da população. Nessa situação, a soberania será exercida por meio de:
a) plebiscito.
b) referendo.
c) iniciativa popular.
d) sufrágio universal com voto indireto, mas secreto.
e) sufrágio universal com voto direto, mas aberto.
- 9**
(SEDF/QUADRIX/2018) Com a finalidade de garantir a utilização racional dos recursos a partir de descentralização administrativa, o Distrito Federal poderá propor ao Congresso Nacional a criação de regiões administrativas.
() Certo () Errado
- 10**
(SLU-DF/CESPE-CEBRASPE/2019) Na execução do seu programa de desenvolvimento econômico-social, o DF deverá buscar a integração com a região do entorno de seu espaço físico-geográfico.
() Certo () Errado
- 11**
(DETRAN-DF/CESPE-CEBRASPE/2009) A LODF não aborda expressamente o princípio da motivação.
() Certo () Errado
- 12**
(DETRAN-DF/CESPE-CEBRASPE/2009) Considere a seguinte situação hipotética. Paulo irá tomar posse em cargo efetivo federal, razão pela qual requereu sua exoneração do cargo de servidor público distrital, que ocupa atualmente. Nessa hipótese, Paulo não é obrigado a apresentar declaração de bens ao DF.
() Certo () Errado
- 13**
(TC-DF/CESPE-CEBRASPE/2014) Os conselheiros e os auditores do TCDF são obrigados pela LODF a fazer declaração pública anual de seus bens.
() Certo () Errado
- 14**
(TC-DF/CESPE-CEBRASPE/2012) A Lei Orgânica do DF veda expressamente a designação para função de confiança e a nomeação para emprego ou cargo em comissão, incluídos os de natureza especial, de pessoa que tenha praticado ato tipificado como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral.
() Certo () Errado

15

(PG-DF/IADES/2011) O teto remuneratório adotado na LODF, incluindo as empresas públicas e as sociedades de economia mista e suas subsidiárias, que receberem recursos do DF para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral, é o subsídio do Desembargador do TJ para todos os cargos, empregos e funções de quaisquer dos poderes no DF.

() Certo () Errado

16

(PG-DF/IADES/2011) A criação, transformação, fusão, cisão, incorporação, privatização ou extinção de sociedade de economia mista, autarquias, fundação pública e empresa pública depende de lei específica, sendo, para a extinção de empresa pública ou sociedade de economia mista, necessário, para aprovação, maioria absoluta.

() Certo () Errado

17

(SEAP-DF/IADES/2014) João é do quadro funcional de uma empresa pública do governo do Distrito Federal. Pedro é do quadro funcional de sociedade de economia mista do governo do Distrito Federal. Maria é do quadro funcional de autarquia do governo do Distrito Federal. Sara é do quadro funcional da Secretaria de Estado do Distrito Federal. Considerando essa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) João, Pedro, Maria e Sara têm previsão, na Lei Orgânica do Distrito Federal, para terem representantes dos seus quadros funcionais para participarem da direção superior de suas entidades/órgãos públicos, na forma de lei.
- b) João e Pedro têm previsão, na Lei Orgânica do Distrito Federal, para terem representantes dos seus quadros funcionais para participarem da direção superior de suas entidades/órgãos públicos, na forma de lei.
- c) João, Pedro e Maria têm previsão, na Lei Orgânica do Distrito Federal, para terem representantes dos seus quadros funcionais

para participarem da direção superior de suas entidades/órgãos públicos, na forma de lei.

d) Nenhum deles tem previsão expressa, na Lei Orgânica do Distrito Federal, para ter representantes dos seus quadros funcionais para participarem da direção superior de suas entidades/órgãos públicos.

e) Somente Pedro tem previsão, na Lei Orgânica do Distrito Federal, para ter representante dos seus quadros funcionais para participar da direção superior da própria entidade pública.

18

(QUADRIX/2018) O art.40, Capítulo IV – Dos servidores públicos – da Lei orgânica do Distrito Federal, trata da estabilidade dos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. O servidor pode perder esse direito:

- a) Em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- b) Se o cargo for extinto ou for extinto ou for declarado a sua desnecessidade.
- c) Em virtude de sua associação sindical.
- d) Em caso de participação em greve nos termos e nos limites definidos em lei complementar.
- e) Se o servidor não participar dos cursos oferecidos pela escola de governo para formação e aperfeiçoamento.

19

(Inédita/Prof.º Rodrigo Francelino/2023) Sérgio é servidor público do Distrito Federal lotado na secretaria de saúde, por meio de sua influência política está prestando serviço na CLDF. Sérgio é irmão de Reis, que também é servidor público do DF, mas da secretaria de obras, onde desenvolve a função de engenheiro. Reis desfruta da mesma influência política de seu irmão, assim também conseguiu ser requisitado, para prestar serviço na câmara dos deputados. Diante da situação hipotética acima descrita e sob a luz da LODF. Julgue os itens.

a) Sérgio computará este tempo de serviço para aposentadoria, entretanto seu irmão Reis não computará, por ter trabalhado em órgão Federal.

b) Tanto Sérgio quanto Reis tem direito a greve, que estará definida em Lei Complementar Federal.

c) Sérgio computará o tempo de serviço prestado para outro órgão do Distrito federal, para aposentaria, progressão funcional e concessão de licença prêmio. Enquanto Reis computará, apenas para aposentadoria.

Ana, servidora estável do DF, foi submetida a processo administrativo disciplinar, em que se concluiu pela sua demissão. Ana perdeu o cargo público, mas, irressignada, ajuizou ação junto ao Poder Judiciário com pedido de reintegração. Considerando a situação hipotética descrita acima e conforme a Lei Orgânica do DF, julgue os itens a seguir.

20

(SEDF/CESPE-CEBRASPE/2006) Se a decisão administrativa que demitiu Ana for invalidada por sentença judicial, a servidora será reintegrada ao cargo, mas não terá os direitos e vantagens que eventualmente lhe fossem devidos desde a sua demissão.

() Certo () Errado

21

(SEDF/CESPE-CEBRASPE/2006) Se o cargo ocupado por Ana tiver sido extinto durante o período em que a servidora ficou fora do serviço público, ao ser reintegrada em razão da determinação judicial, Ana ficará em disponibilidade sem remuneração até o seu adequado aproveitamento em outro cargo

() Certo () Errado

22

(DETRAN-DF/CESPE-CEBRASPE/2009) São poderes do DF, independentes e harmônicos, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

() Certo () Errado

23

(Questão Elaborada pelo Professor Francelino) A Lei Orgânica do DF dispõe que o Distrito Federal na execução de seu programa de desenvolvimento econômico-social, buscará a integração com a região do entorno, assim a

Câmara Legislativa do Distrito Federal resolveu transferir temporariamente sua sede, para cidade de Formosa/GO, com o objetivo buscar maior integração. Nesse caso ato emanado pela Câmara contraria a LODF.

() Certo () Errado

24

(PM-DF/CESPE-CEBRASPE/2007) Marcos, Deputado Distrital, foi acusado da prática de crime de sonegação fiscal pelo Ministério Público perante o Supremo Tribunal Federal (STF). Nessa situação, é correto afirmar que Marcos tem foro privilegiado e será submetido a julgamento perante o STF.

() Certo () Errado

25

(Secretaria da Criança-DF/FUNIVERSA/2015) O procurador geral do Distrito Federal (DF) poderá ser destituído do cargo sem prévia deliberação da Câmara Legislativa do DF.

() Certo () Errado

26

(PCDF/IADES/2016) De acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal, e com relação à organização dos poderes, é correto afirmar que os deputados distritais

a) Não são invioláveis por suas opiniões, suas palavras e seus votos.

b) São invioláveis, apenas penalmente, por quaisquer de suas opiniões, suas palavras e seus votos.

c) São invioláveis, apenas civilmente, por quaisquer de suas opiniões, suas palavras e seus votos.

d) São invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, suas palavras e seus votos.

e) São invioláveis, civil e penalmente, apenas por seus votos.

27

(SES-DF/IADES/2014) Se o governador do Distrito Federal considerar o projeto de lei, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, irá vetá-lo, total ou

parcialmente, no prazo, contado da data do recebimento, de:

- a) Dois dias.
- b) Dez dias úteis.
- c) Quinze dias.
- d) Quinze dias úteis.
- e) Trinta dias.

28

(PM-DF/CESPE-CEBRASPE/2010) Tanto a proposta de emenda à Lei Orgânica do DF quanto o projeto de lei, se forem rejeitados, não poderão ser repropostos na mesma sessão legislativa.

() Certo () Errado

29

(METRÔ-DF/IADES/2014) Caso ocorra vacância dos cargos de governador e de vice-governador do Distrito Federal, no último ano do período governamental.

a) Serão sucessivamente chamados para o respectivo exercício, em caráter definitivo, o presidente da câmara legislativa, o vice-

presidente da câmara legislativa e o presidente do tribunal de justiça.

b) A eleição exclusivamente para o cargo de governador será feita 30 dias depois da última vaga, pela câmara legislativa.

c) A eleição para ambos os cargos será feita 30 dias depois da última vaga, pela câmara legislativa.

d) Serão realizadas eleições gerais 90 dias depois de aberta a última vaga, por escrutínio direto, secreto, universal e periódico.

e) Serão sucessivamente chamados para o respectivo exercício, em caráter definitivo, o presidente da câmara legislativa e o presidente do tribunal de justiça.

30

(SEDF/CESPE-CEBRASPE/2009) De acordo com a LODF, após a admissão da acusação por dois terços da Câmara Legislativa, o governador do DF será submetido a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), nas infrações penais comuns, ou perante a própria Câmara Legislativa, nos crimes de responsabilidade.

() Certo () Errado

4. Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF) 2022

- 1**
(UNIVERSA/PCDF/PERITO) Acerca dos Fundamentos da Organização dos Poderes e do Distrito Federal, com base na Lei Orgânica do Distrito Federal, assinale a alternativa correta.
- a) As únicas formas de exercer a soberania popular pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto são mediante plebiscito e referendo.
 - b) O exercício do direito de petição ou representação é assegurado, independentemente de pagamento de taxas ou emolumentos, ou de garantia de instância.
 - c) Os objetivos prioritários do Distrito Federal são a preservação de sua autonomia como unidade federativa e a plena cidadania.
 - d) Os objetivos prioritários do Distrito Federal são a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
 - e) O objetivo prioritário do Distrito Federal é o pluralismo político.
- 2**
(SEDF/CESPE/2017) Acerca do disposto na Lei Orgânica do DF (LODF), julgue o item seguinte. A preservação de sua autonomia como unidade federativa representa um valor fundamental do DF.
- () Certo () Errado
- 3**
(SEDF/CESPE/2017) Com base na Lei Orgânica do DF (LODF), julgue o item a seguir. Um dos valores fundamentais expressamente previsto na LODF é a plena cidadania.
- () Certo () Errado
- 4**
(UNIVERSA) É objetivo prioritário do Distrito Federal (DF) garantir a prestação de assistência jurídica integral e gratuita àqueles que se declararem pobres.
- () Certo () Errado
- 5**
(SES-DF/FUNIVERSA/2011) A respeito dos fundamentos da organização dos poderes e do Distrito Federal previstos na Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), assinale a alternativa correta:
- a) O Distrito Federal, por ser unidade federativa integrante da União, possui autonomia administrativa e financeira, mas não política.
 - b) O valor fundamental do Distrito Federal é a preservação de sua soberania.
 - c) O Distrito Federal tem como objetivo assegurar a proteção individualizada à vida e à integridade física e psicológica das testemunhas de infração penal.
 - d) A LODF assegura o exercício do direito de petição, podendo, eventualmente, e desde que devidamente fundamentado, exigir o pagamento de taxas.
 - e) A soberania popular somente será exercido pelo voto direto e secreto e por iniciativa popular.
- 6**
(SEJUS-DF/FUNIVERSA/2010) Suponha que o chefe do Poder Executivo do DF celebrou convênio com a União para a execução de suas leis. Com base nessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.
- a) O ato do chefe do Poder Executivo do Distrito Federal é ilegal, pois o DF não possui autonomia administrativa.
 - b) O referido convênio não poderia ser firmado pelo chefe do Poder Executivo, pois configura expressa violação à autonomia administrativa do DF.
 - c) O DF só poderia celebrar convênios com a União, se possuísse autonomia política.
 - d) A celebração do convênio é uma manifestação da autonomia administrativa inerente ao DF.
 - e) A celebração de convênios com a União constitui prerrogativa do DF, a fim de viabilizar sua autonomia política e administrativa.

7

(SEJUS-DF/FUNIVERSA/2010) A respeito da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), assinale a alternativa correta.

- a) O Distrito Federal possui plena autonomia política e administrativa, mas não financeira, dependendo da União para gerir suas finanças.
- b) É objetivo prioritário do Distrito Federal garantir e promover os direitos humanos fixados apenas na Constituição Federal.
- c) Se Rafael é testemunha do crime de estupro praticado por Carlos contra Ana Paula, então, compete ao Poder Público assegurar a proteção à integridade física e psicológica de Ana Paula, de Rafael e, ainda, do pai de Rafael.
- d) É dispensado ao cidadão, para o exercício de seu direito de petição ou de representação, o pagamento de taxas, mas faz-se necessária a garantia de instância, caso o cidadão queira interpor recurso.
- e) Para garantir a plena execução de seu programa de desenvolvimento econômico-social, o Distrito Federal deverá concentrar suas ações no território correspondente ao espaço físico-geográfico que se encontra sob seu domínio e jurisdição, sem buscar a integração com a região do entorno do Distrito Federal.

8

(SLU-DF/CESPE/2019) Com referência ao disposto na Lei Orgânica do DF e em suas alterações, julgue o item subsecutivo.

Na execução do seu programa de desenvolvimento econômico-social, o DF deverá buscar a integração com a região do entorno de seu espaço físico-geográfico.

() Certo () Errado

9

(SEPLAG-DF/FUNIVERSA/2010) A respeito da organização do Distrito Federal, assinale a alternativa correta.

- a) Brasília é a capital da República Federativa do Brasil, e a sede do governo do DF é a cidade de Taguatinga.
- b) O Distrito Federal, na execução de seu programa de desenvolvimento socioeconômico, buscará a integração com a

região do entorno do DF, que se encontra em Goiás.

- c) A remuneração dos administradores regionais não poderá ser inferior à fixada para os secretários de Estado do DF.
- d) O território do Distrito Federal compreende o espaço físico-geográfico que se encontra sob seu domínio e jurisdição, incluindo o seu entorno.
- e) A criação e a extinção de regiões administrativas ocorrerão mediante lei aprovada pela maioria absoluta dos deputados distritais.

10

(SEDF/CESPE/2017) Acerca do disposto na Lei Orgânica do DF (LODF), julgue o item seguinte. Brasília, capital da República Federativa do Brasil, tem como símbolos a bandeira, o hino e o brasão; entretanto, símbolos adicionais poderão ser estabelecidos mediante decreto do governador do DF.

() Certo () Errado

11

(FUNIVERSA) Acerca da organização do DF, assinale a alternativa correta.

- a) Segundo a LODF a criação ou extinção de regiões administrativas depende de decreto do Governador.
- b) Apenas a bandeira, o hino e o brasão podem ser símbolos do DF.
- c) Para seu programa de desenvolvimento econômico-social, a LODF prevê expressamente que o DF tem o dever de buscar a integração com a região do entorno.
- d) As administrações regionais possuem estrutura administrativa própria e autônoma.
- e) O voto Popular é previsto expressamente pela LODF como o meio de participação popular na escolha dos administradores regionais.

12

(BRB/CESPE/2011) Julgue os itens que se seguem, a respeito da organização administrativa e das competências do DF.

O DF está organizado em regiões administrativas, cada qual dotada de um

conselho de representantes comunitários, com funções consultivas e deliberativas.

() Certo () Errado

13

(CBM-DF/CESPE/2011) No que se refere aos deputados distritais, à organização administrativa do Distrito Federal (DF), ao processo legislativo e à administração pública, julgue os itens subsequentes à luz da Lei Orgânica do DF.

A extinção de região administrativa no DF está condicionada à aprovação de lei, que deve ser proposta pelo respectivo conselho de representantes comunitários.

() Certo () Errado

14

(SEDF/QUADRIX/2017) Julgue o item a seguir acerca da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF).

Quanto à organização do Distrito Federal (DF), criada uma nova região administrativa, deve ser criado, mediante lei, aprovada pela maioria absoluta dos deputados distritais, um conselho tutelar para a respectiva região.

() Certo () Errado

15

(UNIVERSA/2015) Suponha-se que Pedro tenha praticado um ato tipificado como causa de inelegibilidade na legislação eleitoral. Nesse caso, ele não poderá ser nomeado para exercer cargo de administrador regional.

() Certo () Errado

16

(UNIVERSA/2015) A lei disporá a respeito da participação popular no processo de escolha dos administradores regionais.

() Certo () Errado

17

(SES-DF/UNIVERSA/2011) A respeito da organização do Distrito Federal e do que dispõe a Lei Orgânica do Distrito Federal, julgue os itens. (Questão adaptada).

a) A bandeira, o hino e as armas são os símbolos do Distrito Federal, que poderá vir a ter outros símbolos, desde que estabelecidos em lei.

b) A organização do Distrito Federal dá-se em regiões administrativas, cujo comando supremo compete ao governador do Distrito Federal.

c) Não obstante a figura do administrador regional, cada região administrativa disporá de um conselho composto por representantes comunitários, cujas atribuições consultivas e fiscalizadoras são devidamente fixadas em lei.

18

(QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR RODRIGO FRANCELINO) Bernardo é Deputado Distrital e assumiu a Presidência da CLDF, em seu discurso de posse, agradeceu os votos recebidos para assumir a CLDF. Neste momento, Bernardo apresentou seu primeiro Projeto de Lei como Presidente da CLDF, para criar nova região administrativa denominada Setor Presidencial Sul, o Projeto foi aprovado por maioria absoluta de votos da Câmara. Com base na situação hipotética acima descrita julgue os itens, conforme a Lei Orgânica do DF.

a) As regiões administrativas integram a estrutura administrativa do DF e buscarão integração, com as regiões do entorno para o desenvolvimento de seus programas econômicos e sociais.

b) O território do Distrito Federal compreende o espaço físico-geográfico, bem como melhorias, edificações e terras devolutas, que se encontram sob seu domínio e jurisdição.

c) O indicado para ser administrador regional do Setor Presidencial Sul poderá ser qualquer cidadão, desde que seja maior de idade.

d) Na situação hipotética apresentada não há qualquer vício na criação da Região Administrativa

e) Bernardo não poderá apresentar o projeto para criação da Região Administrativa, pois a iniciativa para criação é um ato exclusivo do Governador.

19

(SES-DF/UNIVERSA) Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas somente aos Estados, cabendo-lhe exercer, em seu território, todas as competências que não lhe sejam vedadas pela Constituição Federal.

Certo Errado

20

(SES-DF/UNIVERSA) Compete privativamente ao DF exercer inspeção e fiscalização sanitária, postura ambiental, tributária, de segurança pública e do trabalho, relativamente ao funcionamento de estabelecimento comercial, industrial, prestador de serviços e similar, no âmbito de sua competência, respeitada a legislação federal.

Certo Errado

21

(SES-DF/UNIVERSA) 19. UNIVERSA – SESDF. É de competência do DF, em comum com a União, combater as causa de pobreza, a subnutrição e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos segmentos desfavorecidos.

Certo Errado

23

(TERRACAP/CONSUPLAN/2014) Nos termos da Lei Orgânica do Distrito Federal, é competência privativa do Distrito Federal:

- a) Conservar o patrimônio público.
- b) Organizar e prestar os serviços de interesse local.
- c) Legislar sobre previdência social, proteção e defesa da saúde.
- d) Legislar sobre direito tributário, financeiro, penitenciário e econômico.
- e) Combater as causas da pobreza, a subnutrição e os fatores de marginalização.

24

(UNIVERSA/2015) A regulação, o licenciamento e a fiscalização dos serviços de veículos de alugueis competirão privativamente ao DF.

Certo Errado

25

(UNIVERSA/2015) Trata-se de competência concorrente entre o Distrito Federal (DF) e a União manter programas de educação, prioritariamente pré-escola e de ensino fundamental.

Certo Errado

26

(UNIVERSA/2015) É competência comum do DF e da União licenciar a construção de qualquer obra.

Certo Errado

27

(QUADRIX/2017) A prestação de serviço de transporte coletivo, que tem caráter essencial, compete, privativamente, ao DF.

Certo Errado

28

É competência comum do DF e da União disciplinar e fiscalizar, no âmbito de sua competência, competições esportivas, espetáculos, diversões públicas e eventos de natureza semelhante, realizados em locais de acesso público.

Certo Errado

29

interditar edificações em ruína, em condições de insalubridade e as que apresentem as irregularidades previstas na legislação específica, bem como fazer demolir construções que ameacem a segurança individual ou coletiva, compete, privativamente, ao DF.

Certo Errado

30

dispor sobre publicidade externa, em especial sobre exibição de cartazes, anúncios e quaisquer outros meios de publicidade ou propaganda, em logradouros públicos, em locais de acesso público ou destes visíveis, compete, privativamente, ao DF.

Certo Errado

31

(METRÔ-DF/IADES) O Distrito Federal, no exercício de sua competência suplementar, observará as normas complementares estabelecidas pela União.

() Certo () Errado

32

(METRÔ-DF/IADES) Existindo lei federal sobre normas gerais o Distrito Federal exercerá competência legislativa plena, para atender suas peculiaridades.

() Certo () Errado

33

(PG-DF/IADES/2011) De acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal, compete privativamente ao Distrito Federal

- a) dispor sobre serviços funerários e administração de cemitérios.
- b) legislar sobre Previdência Social, proteção e defesa da saúde.
- c) zelar pela guarda da Constituição Federal, da referida Lei Orgânica, das leis e das instituições democráticas.
- d) legislar sobre desapropriação.
- e) estabelecer e implantar políticas de educação para a segurança do trânsito.

34

(SEPLAG-IBRAM/CESPE/2009) Compete ao DF, concorrentemente com a União, legislar acerca da responsabilidade por danos ao meio ambiente.

() Certo () Errado

35

(SEAP-DF/FUNIVERSA/2015) Acerca da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como de suas competências, julgue o próximo item.

Em matéria de competência legislativa concorrente, inexistindo lei federal a respeito de normas gerais, os estados exercerão competência legislativa plena para atender a suas peculiaridades. A superveniência de lei federal a respeito de normas gerais suspende a eficácia da lei estadual no que lhe for contrária. O STF denominou essa eficácia suspensiva de

efeito paralisante, conforme classificação alemã, uma vez que pode uma lei federal revogar uma lei estadual.

() Certo () Errado

36

(TC-DF/CESPE/2014) Com base nos dispositivos da LODF, julgue os itens subsequentes.

Caso o DF edite norma geral de regulamentação orçamentária, à falta de lei federal acerca da matéria, e, posteriormente, entre em vigor lei federal a respeito do mesmo tema, contrariando algumas das determinações da lei distrital, essa lei distrital deverá ser inteiramente revogada, haja vista o seu caráter suplementar e a superveniência de lei federal

() Certo () Errado

37

(Questão elaborada pelo Professor Rodrigo Francelino) A transparência é um dos princípios administrativos expressos na Lei Orgânica do DF

() Certo () Errado

38

(IADES/PGDF) Representando um avanço em relação à CF, a LODF, em relação a todos os poderes, passou a estabelecer que as funções de confiança serão ocupadas por servidores ocupantes de cargo efetivo, e, ainda, pelo menos metade dos cargos em comissão serão preenchidos por servidores de carreira.

() Certo () Errado

39

(TC-DF/CESPE/2012) A Lei Orgânica do DF veda expressamente a designação para função de confiança e a nomeação para emprego ou cargo em comissão, incluídos os de natureza especial, de pessoa que tenha praticado ato tipificado como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral.

() Certo () Errado

40

(METRO-DF/IADES/2014) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e pelo menos 50 por cento dos cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos e condições previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

() Certo () Errado

41

(TJ-DF/CESPE/2013) Considere que determinado secretário de Estado do DF tenha nomeado um primo, que não tem qualquer tipo de vínculo com a administração pública, para o exercício de cargo em comissão na secretaria em que seja titular. Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta de acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF).

a) A nomeação de primo de secretário é vedada tanto na administração pública direta quanto na indireta.

b) A referida nomeação contraria a LODF, que só admite nomeação de parente que ocupe cargo efetivo na administração pública.

c) Não há qualquer impedimento legal para a nomeação realizada pelo secretário.

d) O primo do secretário não poderia ser nomeado para nenhuma secretaria do DF.

e) A nomeação do referido primo somente poderia ter ocorrido nos Poderes Legislativo e Judiciário.

42

(QUADRIX/2018) O acesso a cargos públicos efetivos e a empregos públicos depende da aprovação em concurso público, que será dispensado para os ocupantes de cargos em comissão e para a escolha dos designados para o exercício de função de confiança.

() Certo () Errado

43

(PGDF/IADES/2011) O teto remuneratório adotado pela LODF, incluindo as empresas públicas e as sociedades de economia mista e suas subsidiárias, que recebem recursos do Distrito Federal para pagamento de despesas

de pessoal ou de custeio em geral, é o subsídio de Desembargador do Tribunal de Justiça para todos os cargos, empregos e funções de quaisquer dos poderes no Distrito Federal.

() Certo () Errado

44

(QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR RODRIGO FRANCELINO) O teto remuneratório a ser estabelecido no Distrito federal, conforme a Lei Orgânica do DF será a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos, dos membros de qualquer dos Poderes e dos demais agentes políticos do Distrito Federal, bem como os proventos de aposentadorias e pensões, não poderá exceder o subsídio mensal, em espécie, dos:

a) Ministro do Supremo Tribunal Federal

b) Professores da Rede Pública de Ensino

c) Governador do DF

d) Presidente da Republica

e) Desembargadores do Tribunal de Justiça do DF

45

(IADES/2017) Com relação as fundações, é correto afirmar que a Lei Orgânica do Distrito Federal exige lei

a) Complementar para sua criação.

b) Específica para autorização de sua instituição, e lei complementar definindo as áreas de sua atuação.

c) Complementar específica para autorização de sua instituição

d) Para sua criação

e) Complementar para sua autorização, e lei específica definindo as respectivas áreas de atuação.

46

(UNIVERSA) Suponha-se que o governador pretenda privatizar empresa pública do DF. Nesse caso, ele deverá encaminhar, à Câmara Legislativa do DF, projeto de lei específica que deverá ser aprovado por maioria simples.

() Certo () Errado

47

(DETRAN-DF/CESPE/2009) Considere a seguinte situação hipotética. Paulo irá tomar posse em cargo efetivo federal, razão pela qual requereu sua exoneração do cargo de servidor público distrital, que ocupa atualmente. Nessa hipótese, Paulo não é obrigado a apresentar declaração de bens ao DF.

() Certo () Errado

48

(Questão elaborada pelo Professor Rodrigo Francelino) Viola o princípio da impessoalidade e caracteriza como promoção pessoal a inclusão em material de divulgação parlamentar do nome do autor que teve a iniciativa do ato, programa, obra ou serviço públicos, incluídos os decorrentes de emendas à lei orçamentária anual.

() Certo () Errado

5. Lei Complementar nº 840/2011

- 1**
O Estatuto dos Servidores Públicos do DF é aplicável em toda a Administração Direta e Indireta distrital.
() Certo () Errado
- 2**
Todo servidor ocupante de cargo público é considerado estatutário.
() Certo () Errado
- 3**
O ingresso em cargo comissionado prescinde de aprovação em concurso público.
() Certo () Errado
- 4**
É proibida a criação de cargo comissionado com atribuições de copeiro ou jardineiro.
() Certo () Errado
- 5**
Havendo compatibilidade de horários, é possível a acumulação de um cargo técnico ou científico.
() Certo () Errado
- 6**
Constitui requisito para a investidura em cargo público a maioria civil.
() Certo () Errado
- 7**
O concurso público terá validade de 02 anos, podendo ser prorrogável uma única vez por igual período.
() Certo () Errado
- 8**
A posse não é considerada ato de provimento.
() Certo () Errado
- 9**
Assiduidade e aptidão física e mental são requisitos avaliados durante o estágio probatório.
() Certo () Errado
- 10**
A perda do cargo público por avaliação periódica de desempenho pode ocorrer mesmo com a aquisição da estabilidade.
() Certo () Errado
- 11**
Um servidor foi nomeado para cargo efetivo e, dois meses depois, para um cargo comissionado. Nessa situação, as duas formas de provimento são originárias.
() Certo () Errado
- 12**
No Poder Executivo, compete ao Governador da exercício ao servidor.
() Certo () Errado
- 13**
Em todo caso, a reversão somente pode ocorrer se o servidor possuir menos de 70 anos de idade.
() Certo () Errado
- 14**
Reintegrado o servidor e estando seu cargo ocupado, ele poderá ser reconduzido, aproveitado ou posto em disponibilidade.
() Certo () Errado
- 15**
A recondução pode ocorrer tanto no caso de reprovação de estágio probatório no novo cargo, quanto por desistência durante o estágio probatório do novo cargo.
() Certo () Errado
- 16**
A promoção e a readaptação constituem formas simultâneas de provimento e vacância.
() Certo () Errado

17

A exoneração não constitui forma de vacância de caráter punitivo.

() Certo () Errado

18

O servidor deve acatar todas as ordens de seus superiores.

() Certo () Errado

19

Tanto a ação quanto a omissão são puníveis a título disciplinar.

() Certo () Errado

20

O servidor pode ser punido simultaneamente em mais de uma esfera.

() Certo () Errado

21

A absolvição por falta de provas na esfera penal não gera efeito na esfera administrativa.

() Certo () Errado

22

As infrações são classificadas em leves, médias, graves e gravíssimas.

() Certo () Errado

23

A reincidência gera punição mais severa que a prevista originalmente para determinado grupo de infrações.

() Certo () Errado

24

A requerimento do servidor, as punições de suspensão poderão ser convertidas em multa.

() Certo () Errado

25

As punições de advertência e suspensão possuem prazos prescricionais de 01 e 05 anos, respectivamente.

() Certo () Errado

26

O processo disciplinar é instaurado de acordo com a gravidade da infração disciplinar.

() Certo () Errado

27

A sindicância patrimonial não possui caráter punitivo.

() Certo () Errado

28

A Sindicância poderá resultar tanto em punição quanto em arquivamento.

() Certo () Errado

29

O processo disciplinar poderá ser instaurado quando não existir indícios de autoria.

() Certo () Errado

30

O prazo para o término do Processo Disciplinar é de 60 dias, podendo ser prorrogado por mais 60 dias.

() Certo () Errado

31

Não pode a administração pública, ainda que fundada nos poderes de autotutela e disciplinar, promover investigação preliminar para averiguar a materialidade dos fatos e a veracidade de denúncia anônima apresentada contra servidor público.

() Certo () Errado

32

A ausência de advogado não é causa de nulidade do Processo Disciplinar.

() Certo () Errado

33

O julgamento do servidor será feito pela comissão encarregada do processo disciplinar, e deverá ser justificado.

() Certo () Errado

34

Não pode servir na comissão em processo disciplinar o primo do servidor acusado.

Certo Errado

35

O servidor pode ser afastado preventivamente enquanto durar o processo disciplinar.

Certo Errado

36

Se um servidor público cometer transgressão e for punido disciplinarmente, ele poderá interpor RECURSO, que deve ser dirigido à autoridade superior que proferiu a decisão.

Certo Errado

6. Realidade do Distrito Federal + RIDE

Políticas públicas voltadas para a interiorização do desenvolvimento nacional começaram a adquirir consistência na Era Vargas (1930-1945), quando foi anunciado o projeto “Marcha para o Oeste”. Na segunda metade dos anos 1950, com o governo de Juscelino Kubistchek, concretizou-se a transferência da capital para o Planalto Central, com a construção e inauguração de Brasília. Em certa medida, esse propósito de interiorização foi retomado por governos militares pós-1964.

Tendo essas informações como referência inicial e considerando, em particular, o papel conferido à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), julgue as questões:

- 1
Articular, em termos de serviços públicos comuns, a ação administrativa da União, dos estados de Goiás e Minas Gerais e do Distrito Federal na região.
() Certo () Errado
- 2
Lei de 2018, que alterou objetivos e composição da RIDE, retira a participação da União no financiamento de projetos de infraestrutura para a região, limitando legalmente sua atuação à supervisão das ações já em andamento.
() Certo () Errado
- 3
A Ride foi criada com o objetivo de articular ações administrativas do governo federal, dos estados de Minas Gerais e Goiás e do Distrito Federal, além dos municípios que a compõem.
() Certo () Errado
- 4
Dificuldades na operacionalização da Ride determinaram, no ano de 2018, a exclusão de vários municípios que dela faziam parte.
() Certo () Errado
- 5
A decisão de criar a RIDE foi tomada pelo governo do general João Figueiredo, o último do regime militar instaurado em 1964.
() Certo () Errado
- 6
A RIDE foi criada para agir no aglomerado urbano da Área Metropolitana de Brasília, razão pela qual, na origem, incorporou municípios goianos, mas excluiu os situados em Minas Gerais.
() Certo () Errado
- 7
Por determinação legal, são considerados como de interesse da RIDE os serviços públicos comuns ao Distrito Federal e aos municípios que dela fazem parte, com destaque para aqueles vinculados às áreas de infraestrutura e de geração de postos de trabalho.
() Certo () Errado
- 8
Uma análise socioeconômica da RIDE aponta para um crescimento demográfico muito mais rápido nas cidades limítrofes do que no DF, existindo uma tendência, já comprovada por pesquisas, de um movimento migratório do DF para essas cidades, especialmente em função da demanda por moradia.
() Certo () Errado
- 9
O DF apresenta uma rede de cursos de água, perenes na sua maioria, que fazem parte de sete bacias hidrográficas principais. Estas bacias contribuem para abastecer as três principais bacias hidrográficas do Brasil. Sobre esse assunto julgue o item:
Tocantins e Araguaia para a qual contribui a bacia do rio Maranhão, a do São Francisco cujo contribuinte é a bacia do rio Preto e as demais bacias do Distrito federal contribuem com a bacia do rio Paraná.
() Certo () Errado

10

No Distrito Federal, o clima predominante é o tropical sazonal. As chuvas ocorrem com mais frequência entre os meses de novembro e janeiro, e o período de seca vai de junho até meados de setembro, pelo menos em tese. As mudanças climáticas têm alterado esses cronogramas em Brasília, no Brasil e no mundo. A respeito do clima do DF, julgue o item abaixo: O clima do DF, segundo a classificação de Koppen, é Tropical, em que são nítidas duas estações, a primavera-verão - período chuvoso, e o outono inverno-período seco.

() Certo () Errado

O Distrito Federal é totalmente ocupado pelo Cerrado, que é o segundo maior bioma da América do Sul e comporta a nascente das três maiores bacias dessa parte do continente. A região é conhecida como a savana mais rica do mundo, com 11.627 espécies de plantas.

Utilizando texto como referência julgue as questões a seguir.

11

A flora é constituída de espécies exóticas que se adaptam ao clima seco e aos terrenos com muita água e baixo nível de nutrientes, como as árvores de caules e galhos longos, com cascas e folhas grandes.

() Certo () Errado

12

Para garantir a preservação, muitas espécies são tombadas pelo Patrimônio Ecológico do Distrito Federal, entre elas: pindaíba, paineira, ipê-roxo, ipê-amarelo, pau-brasil e buriti.

() Certo () Errado

13

A hidrografia do Distrito Federal (DF) é importante na organização das cidades, e vários aspectos são levados em consideração para a respectiva utilização. Com relação aos aspectos hidrográficos do DF, assinale a alternativa correta.

a) Algumas das principais bacias hidrográficas que cortam o DF são vitais para abastecer

importantes bacias hidrográficas brasileiras, como a do São Francisco, a do Paraná e a do Tocantins-Araguaia.

b) O DF é rico em rios caudalosos e com grande potencial hidroelétrico.

c) A área do DF possui a lagoa Joaquim Medeiros, rica em volume d'água e que ocupa a área de Brazlândia.

d) O lago Paranoá foi construído originalmente com o objetivo de atender ao abastecimento de água para a população, sendo responsável pelo atendimento de Brasília integralmente.

e) O fenômeno hidrográfico de Águas Emendadas localiza-se na Região Administrativa do Gama, área com maior extensão em preservação do DF.

14

Com o Rio Descoberto, principal reservatório que abastece a capital do país, em níveis nunca antes registrados, o Distrito Federal entrou oficialmente em racionamento de água. O abastecimento será suspenso por até 24 horas em regiões previamente avisadas, em esquema de rodízio. A medida foi anunciada nesta quinta-feira (12/1) pela Companhia de Saneamento Ambiental (Caesb) e começa a partir de segunda-feira (16), por Ceilândia, Recanto das Emas e Riacho Fundo II.

Nesta primeira fase dos cortes, serão atingidos 1,8 milhão de moradores de cidades abastecidas pelo Descoberto, entre elas Taguatinga, Vicente Pires, Águas Claras, Samambaia, Riacho Fundo, Recanto das Emas, Gama, Santa Maria, Núcleo Bandeirante, Park Way, Guarã e Candangolândia.

(Jornal de Brasília – 12/01/2017. Com adaptações)

Utilizando o texto como referência e seus conhecimentos, marque o item correto.

a) A Caesb não diminuiu a pressão da rede nas regiões abastecidas pelo Sistema Torto/Santa Maria. Até lá, a companhia informa que fará testes e regulagens de válvulas na área. Ambas as medidas estão previstas na Resolução nº 20, de novembro de 2016, da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal (Adasa-DF).

b) Segundo a Caesb, estocar água pode diminuir o desperdício. Além disso, a população não

corre o risco da proliferação do *Aedes aegypti*, mosquito transmissor da dengue, da febre cikikungunya, do zika vírus e da febre amarela.

c) O aumento no consumo foi outro ponto determinante para a atual situação hídrica do DF, somado ao alto investimento em obras estruturantes, principalmente as voltadas para novas captações de água. Nos últimos seis anos, o consumo não subiu no DF e entorno.

d) Uma obra em curso para dar mais tranquilidade ao abastecimento de Brasília é a construção de sistema de captação e distribuição de água na Barragem de Corumbá 4, próximo a Luziânia (GO). Com investimentos do DF, de Goiás e do governo federal, a previsão é que o reforço fique pronto em 2018.

e) A Caesb tinha um projeto — que não foi licitado, mas aguarda a liberação de recursos da União para o início das obras — para captar, armazenar, tratar e distribuir água da Cachoeira do Itiquira, Formosa-GO.

O Distrito Federal voltou a ter menos de três milhões de habitantes em 2018, um ano após a população ter chegado a 3.039.444 pessoas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o fluxo migratório para a região continua positivo, mas está em queda. Utilizando o texto como referencia julgue as questões.

15

Projeções do IBGE, recentemente divulgadas, indicam que o Distrito Federal terá, por volta de 2060, dois idosos para cada jovem.

() Certo () Errado

16

Segundo estimativas, nas próximas décadas, a taxa de fecundidade reduzir-se-á cada vez mais,

ao mesmo tempo em que aumentará a esperança de vida ao nascer.

() Certo () Errado

17

Os municípios que compõem o Distrito Federal vêm, nos últimos anos, apresentando crescimento populacional inferior à média nacional.

() Certo () Errado

18

O PIB per capita de Brasília está entre os maiores do País, o que não ocorre com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que apresenta posição intermediária em relação às demais cidades brasileiras.

() Certo () Errado

A respeito de aspectos econômicos do Distrito Federal (DF), julgue as questões a seguir.

19

A grande extensão territorial de unidades de conservação de uso restrito e controlado inibiu o desenvolvimento do setor agropecuário no DF e a expansão do agronegócio e de hortifrutigranjeiros para abastecer a capital federal aconteceu nos municípios goianos e mineiros do entorno.

() Certo () Errado

20

O DF carece de grandes indústrias e de empresas privadas e apresenta uma desigual distribuição de renda entre as diferentes regiões administrativas, o que inibe a formação de um mercado consumidor expressivo.

() Certo () Errado

7. Código de Ética do Poder Executivo do DF (Decreto nº 37.297/2016)

- 1**
(CEBRASPE/CESPE/AJ/PGDF/2021) Com base na Lei Orgânica do Distrito Federal e no Código de Ética dos Servidores e Empregados Públicos Civis do Poder Executivo, julgue o item seguinte. Secretário executivo de secretaria de estado do Distrito Federal pode exercer, de forma não remunerada, encargo de mandatário, desde que isso não implique a prática de atos empresariais.
() Certo () Errado
- 2**
(CEBRASPE/CESPE/AJ/PGDF/2021) Com base na Lei Orgânica do Distrito Federal e no Código de Ética dos Servidores e Empregados Públicos Civis do Poder Executivo, julgue o item seguinte. Servidor público da Procuradoria-Geral do Distrito Federal que, no exercício da sua função, deixar de tratar com urbanidade e cordialidade cidadão que procurar o órgão para apresentar requerimento administrativo estará sujeito a responder pela sua conduta perante a comissão de ética do órgão, que poderá aplicarlhe a penalidade de censura ética ou suspensão do cargo.
() Certo () Errado
- 3**
(CEBRASPE/CESPE/TJ/PGDF/2021) À luz da Lei Orgânica do Distrito Federal e do Código de Ética dos Servidores e Empregados Públicos Civis do Poder Executivo, julgue o próximo item. É permitido a subsecretário de Secretaria de Estado do Distrito Federal receber presente de autoridade estrangeira, em situação protocolar, quando houver reciprocidade.
() Certo () Errado
- 4**
(CEBRASPE/CESPE/TJ/PGDF/2021) À luz da Lei Orgânica do Distrito Federal e do Código de Ética dos Servidores e Empregados Públicos Civis do Poder Executivo, julgue o próximo item. Servidor público da Procuradoria-Geral do Distrito Federal que receber ingresso para assistir a show ou a congresso respeitará o Código de Ética dos Servidores caso a admissão ao evento esteja ajustada em contrapartida de contrato administrativo ou convênio.
() Certo () Errado
- 5**
(CEBRASPE/CESPE/AFRDF/SEFAZ-DF/2020) Ciente de que seus atos, comportamentos e atitudes implicam a preservação da imagem da administração pública, o servidor público deve evitar ações que atrasem a prestação do serviço público.
() Certo () Errado
- 6**
(CEBRASPE/CESPE/AFRDF/SEFAZ-DF/2020) Ciente de que seus atos, comportamentos e atitudes implicam a preservação da imagem da administração pública, o servidor público deve fazer uso dos recursos públicos com economicidade e clareza, no desempenho de suas atribuições.
() Certo () Errado
- 7**
(CEBRASPE/CESPE/ANA-GRS/SLU-DF/2019) De acordo com o Código de Ética dos Servidores e Empregados Públicos Civis do Poder Executivo — Decreto n.º 37.297/2016 —, julgue o item que se segue.
O recebimento, por servidor do DF, de ingresso para participar de congresso ou de show em razão de contrapartida de convênio não é considerado vantagem de natureza indevida.
() Certo () Errado
- 8**
(CEBRASPE/CESPE/ANA-GRS/SLU-DF/2019) De acordo com o Código de Ética dos Servidores e Empregados Públicos Civis do Poder Executivo

— Decreto n.º 37.297/2016 —, julgue o item que se segue.

A sanção prevista para servidor que infringir norma ética do referido código é a demissão do serviço público.

() Certo () Errado

9

(CEBRASPE/CESPE/AGE/SE-DF/2017) À luz da legislação que rege os atos administrativos, a requisição dos servidores distritais e a ética no serviço público, julgue o seguinte item.

Servidor público do DF apresentar-se ao trabalho com vestimentas inadequadas ao exercício do cargo não constitui vedação relativa a comportamento profissional e atitudes éticas no serviço.

() Certo () Errado

10

(QUADRIX/TERRACAP/2017/Adaptada) As divergências que surgirem entre os secretários de Estado adjuntos devem ser resolvidas internamente, mediante coordenação administrativa, porém não lhes é vedado manifestarse publicamente sobre matéria que não seja afeta à sua área de competência, a depender do grau de interesse público.

() Certo () Errado

11

(QUADRIX/TERRACAP/2017/Adaptada) Uma autoridade pública pode opinar publicamente a respeito da honorabilidade e do desempenho funcional de outra autoridade pública.

() Certo () Errado

12

(QUADRIX/TERRACAP/2017/Adaptada) É vedado à autoridade pública participar de seminários, congressos e eventos, mesmo que se torne pública eventual remuneração, que o pagamento das despesas de viagem seja feito pelo promotor do evento e que este não tenha interesse em decisão a ser tomada pela autoridade.

() Certo () Errado

13

(QUADRIX/TERRACAP/2017/Adaptada) Veda-se à autoridade pública o exercício não remunerado de encargo de mandatário, ainda que não implique a prática de atos empresariais ou outros incompatíveis com o exercício de seu cargo ou função.

Diferente do que exposto pela questão, é permitido à autoridade pública o exercício não remunerado de encargo de mandatário, desde que não implique a prática de atos empresariais ou outros incompatíveis com o exercício do seu cargo ou função.

() Certo () Errado

14

(QUADRIX/TERRACAP/2017/Adaptada) Incorre em conduta antiética a autoridade pública que realizar investimento em bens cujo valor ou cuja cotação possam ser afetados por decisão ou política governamental a respeito das quais tenha informações privilegiadas em razão do cargo ou da função.

() Certo () Errado

15

(CEBRASPE/CESPE/SUFRAMA/2014) Julgue o item que se segue, relacionados à moral e à ética no serviço público.

Entre outros aspectos, a moral pessoal é formada pela cultura e tradição do grupo ao qual o indivíduo está inserido.

() Certo () Errado

16

(CEBRASPE/CESPE/ANATA-SUFRAMA/2014)

Julgue o próximo item, acerca de moral e ética no serviço público.

O conceito de ética, que está vinculado aos valores sociais, sofre alterações com o passar do tempo, ao passo que a moral, por estar relacionada à tradição de um povo, é imutável.

() Certo () Errado

17

(CEBRASPE/CESPE/SUFRAMA/2014) Julgue o próximo item, acerca de moral e ética no serviço público.

A moral, concebida como conjunto de regras de conduta admitidas em determinada época ou por um grupo de pessoas, não exclui a existência de um caráter pessoal relacionado a tais regras e evidenciado principalmente após o aprimoramento do pensamento abstrato e da reflexão crítica do indivíduo sobre os valores herdados.

() Certo () Errado

18

(CEBRASPE/CESPE/TBN/CEF/2014) Com relação a ética, ética empresarial e ética profissional, julgue o item a seguir.

18. A ética profissional diz respeito às regras morais que os indivíduos devem observar em suas atividades laborais com o fim de valorizar sua profissão e atender adequadamente àqueles que deles dependam.

() Certo () Errado

19

(CEBRASPE/CESPE/TBN/CEF/2014) Com relação a ética, ética empresarial e ética profissional, julgue o item a seguir.

O alvo da reflexão ética é a conduta humana, avaliada a partir de valores construídos em sociedade.

() Certo () Errado

20

(CESGRANRIO/AET/BB/2014) Um indivíduo sabe que deve optar entre dois caminhos estabelecidos: um o que, no senso comum, seria o incorreto e o outro, o correto. Ao optar pelo caminho correto, ele está seguindo um rumo guiado pela

- a) extensão
- b) virtude
- c) adequação
- d) alternância
- e) proporcionalidade

21

(CEBRASPE/CESPE/ANTAQ/2014)

Considerando os conceitos de ética e moral, julgue o item abaixo.

A ética é a ciência do comportamento moral dos homens em sociedade.

() Certo () Errado

22

(CEBRASPE/CESPE/TEC-MPU/2015) Com relação a moral e ética, julgue o item a seguir.

A ética é um ramo da filosofia que estuda a moral, os diferentes sistemas públicos de regras, seus fundamentos e suas características.

() Certo () Errado

23

(CS-UFG/IF-GOIANO/2014) As tomadas de decisões éticas possuem alguns princípios. Um deles é definido por ser o que “determina que a pessoa nunca deve fazer algo que não seja honesto, transparente e verdadeiro e que ela não gostaria de ver sendo noticiado nos jornais ou na TV.” Segundo Williams (2010), esse é o princípio

- a) da virtude pessoal.
- b) do interesse próprio a longo prazo.
- c) das injunções religiosas.
- d) da exigência legal.

24

(FUNCAB/TEMP-NS/MPOG/2015) A ética pode ser definida como:

- a) um conjunto de valores genéticos que são passados de geração em geração.
- b) um princípio fundamental para que o ser humano possa viver em família.
- c) a parte da filosofia que estuda a moral, isto é, responsável pela investigação dos princípios que motivam, distorcem, disciplinam ou orientam o comportamento humano em sociedade.
- d) um comportamento profissional a ser observado apenas no ambiente de trabalho.
- e) a boa vontade no comportamento do servidor público em quaisquer situações e em qualquer tempo de seu cotidiano.

25

(VUNESP/TECL/CM PRADÓPOLIS/2016) O documento de texto com diversas diretrizes que orientam as pessoas quanto às suas posturas e atitudes ideais, moralmente aceitas ou toleradas pela sociedade como um todo, enquadrando os participantes a uma atuação politicamente correta e em linha com a boa imagem que a entidade ou a profissão quer ocupar, inclusive incentivando a voluntariedade e a humanização dessas pessoas e que, em vista da criação de algumas atividades profissionais, é redigido, analisado e aprovado pela sua entidade de classe, organização ou governo competente, é denominado:

- a) Código Profissional.
- b) Código de Atuação.
- c) Código Empresarial.
- d) Código de Ética.
- e) Código Governamental.

26

(CEBRASPE/CESPE/PC-MA/2018) No exercício do cargo, o servidor público, quando decide entre o honesto e o desonesto, vincula sua decisão à

- a) ética.
- b) impessoalidade.
- c) conveniência.
- d) eficiência.
- e) legalidade.

27

(CS/UFG/IF-GO/2017) A definição “É um conjunto estruturado e lógico de normas de conduta e orientações voltadas ao processo decisório, quanto ao que deve ser considerado certo ou errado” refere-se:

- a) ao código de ética das organizações
- b) aos valores organizacionais

- c) ao propósito organizacional.
- d) à missão da organização.

28

(FCC/AJ/TER-TO/2011/Adaptada) De acordo com as disposições do Decreto Distrital 37.297/2016, a pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de:

- a) suspensão.
- b) multa.
- c) demissão.
- d) afastamento.
- e) censura.

29

(FCC/COPERGÁS/2016/Adaptada) A pena prevista por violação dos deveres fundamentais estabelecidos no Decreto Distrital 37.297/2016 e suas alterações, consiste em

- a) advertência.
- b) suspensão.
- c) multa.
- d) repreensão.
- e) censura.

30

(QUADRIX/TERRACAP/2017/Adaptada) De acordo com o Decreto nº 37.297/2016 (Código de conduta da alta administração e Código de ética dos servidores e empregados públicos civis do Poder Executivo), as autoridades regidas por este Código, após deixarem o cargo, não poderão atuar em benefício ou em nome de pessoa física ou jurídica, inclusive sindicato ou associação de classe, em processo ou negócio do qual tenha participado, em razão do cargo.

- () Certo () Errado

GABARITOS

1. Plano Distrital de Políticas para as Mulheres 2023

Aguarde o lançamento da aula no canal do YouTube e site.

2. Plano Distrital de Políticas para as Mulheres 2022

1 - CERTO	4 - CERTO	7 - CERTO	10 - ERRADO
2 - ERRADO	5 - ERRADO	8 - ERRADO	11 - ERRADO
3 - ERRADO	6 - ERRADO	9 - CERTO	

3. Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF) 2023

1 - B	7 - D	13 - ERRADO	19 - C	25 - ERRADO
2 - C	8 - B	14 - CERTO	20 - ERRADO	26 - D
3 - A	9 - ERRADO	15 - ERRADO	21 - ERRADO	27 - D
4 - D	10 - CERTO	16 - ERRADO	22 - ERRADO	28 - ERRADO
5 - B	11 - ERRADO	17 - C	23 - CERTO	29 - C
6 - B	12 - ERRADO	18 - A	24 - ERRADO	30 - CERTO

4. Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF) 2022

1 - B	11 - C	21 - CERTO	32 - ERRADO	42 - CERTO
2 - CERTO	12 - ERRADO	23 - B	33 - A	43 - ERRADO
3 - CERTO	13 - ERRADO	24 - CERTO	34 - CERTO	44 - E
4 - ERRADO	14 - ERRADO	25 - ERRADO	35 - ERRADO	45 - B
5 - C	15 - CERTO	26 - ERRADO	36 - ERRADO	46 - ERRADO
6 - D	16 - CERTO	27 - CERTO	37 - CERTO	47 - ERRADO
7 - C	17 - C	28 - ERRADO	38 - ERRADO	48 - ERRADO
8 - CERTO	18 - E	29 - CERTO	39 - CERTO	
9 - E	19 - ERRADO	30 - CERTO	40 - CERTO	
10 - ERRADO	20 - CERTO	31 - ERRADO	41 - C	

5. Lei Complementar nº 840/2011

1 - ERRADO	9 - ERRADO	17 - CERTO	25 - ERRADO	33 - ERRADO
2 - CERTO	10 - CERTO	18 - ERRADO	26 - ERRADO	34 - ERRADO
3 - CERTO	11 - CERTO	19 - CERTO	27 - CERTO	35 - ERRADO
4 - CERTO	12 - ERRADO	20 - CERTO	28 - CERTO	36 - ERRADO
5 - ERRADO	13 - CERTO	21 - CERTO	29 - ERRADO	
6 - ERRADO	14 - ERRADO	22 - ERRADO	30 - CERTO	
7 - ERRADO	15 - CERTO	23 - CERTO	31 - ERRADO	
8 - CERTO	16 - ERRADO	24 - ERRADO	32 - ERRADO	

6. Realidade do Distrito Federal + RIDE

1 - CERTO	5 - ERRADO	9 - CERTO	13 - A	17 - ERRADO
2 - ERRADO	6 - ERRADO	10 - CERTO	14 - D	18 - ERRADO
3 - CERTO	7 - CERTO	11 - ERRADO	15 - CERTO	19 - ERRADO
4 - ERRADO	8 - CERTO	12 - CERTO	16 - ERRADO	20 - ERRADO

7. Código de Ética do Poder Executivo do DF (Decreto nº 37.297/2016)

1 - CERTO	7 - CERTO	13 - CERTO	19 - CERTO	25 - D
2 - ERRADO	8 - ERRADO	14 - CERTO	20 - B	26 - A
3 - CERTO	9 - ERRADO	15 - CERTO	21 - CERTO	27 - A
4 - CERTO	10 - ERRADO	16 - ERRADO	22 - CERTO	28 - E
5 - CERTO	11 - ERRADO	17 - CERTO	23 - A	29 - E
6 - CERTO	12 - ERRADO	18 - CERTO	24 - C	30 - CERTO

A COLEÇÃO MAIS COMPLETA DO BRASIL

